



Na primeira fila, Sérgio Zambiasi, Dr. Rosinha e Eduardo Azeredo (D); na segunda, Inácio Arruda, Marisa Serrano, Efraim Moraes e Mesquita Júnior

Parlamento do Mercosul já tem Regimento Interno

Foram aprovadas ontem, pela unanimidade dos representantes dos países do bloco sul-americano, as regras para o funcionamento do novo órgão. O início da sessão foi marcado pela homenagem ao senador Antonio Carlos Magalhães e aos deputados Júlio Redecker e Nélcio Dias, falecidos em julho. **Página 8**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal Ano XIII – Nº 2.642 – Brasília, terça-feira, 7 de agosto de 2007

CPI poderá pedir auditoria na Anac

Demostenes Torres afirma que CPI do Apagão Aéreo deverá solicitar investigação ao TCU se for confirmada denúncia do ex-presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, contra diretora da Anac. CPI ouve procuradores hoje e Nelson Jobim amanhã

O relator da CPI do Apagão Aéreo no Senado, Demostenes Torres, disse que a comissão poderá solicitar ao Tribunal de Contas da União uma auditoria na Agência Nacional de Aviação Civil se o brigadeiro José Carlos Pereira confirmar denúncia contra Denise Abreu, diretora da Anac. Segundo o brigadeiro, Denise tentou transferir o setor de cargas dos aeroportos de Congonhas e de Viracopos para o de Ribeirão Preto, que seria administrado por um amigo da diretora. A CPI ouve hoje e na quinta-feira 14 procuradores da República. Também deverá ser ouvido amanhã o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Em Plenário, Paulo Paim homenageou as vítimas do acidente com o Airbus da TAM. Papaléo Paes apontou incoerência em discursos de Lula. **Página 3**



Três reuniões serão realizadas esta semana pela CPI, que tem Demostenes (E) como relator e Tião Viana (D) como presidente

Democratas critica deportação de atletas cubanos



Heráclito Fortes

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes, leu nota do DEM condenando a decisão do governo de deportar os dois atletas que fugiram durante os Jogos Pan-Americanos. **Página 6**

Jucá e Raupp: bons dados da economia

Os líderes do governo, Romero Jucá, e do PMDB, Valdir Raupp, destacaram em Plenário os números do comércio exterior e da produção industrial. **Página 8**

Projeto combate a desertificação

Está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente o projeto de Inácio Arruda que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. **Página 3**

Renan se defende de novas acusações



Renan envia carta aos senadores acusando revista de difundir inverdades

O presidente do Senado rebateu a denúncia de compra de emissoras de rádio. Hoje, a Mesa decide se acata outra representação do PSOL. José Agripino anunciou representação do DEM, que admite, assim como o PSDB, boicotar votações. **Páginas 4 e 5**



Agripino diz que DEM não pretende votar matérias com Renan na Presidência



Curso promovido pelo Senado e outros dez órgãos públicos aborda contratação de serviços de tecnologia da informação

Gestores do setor de informática realizam *workshop*

Gestores de informática de 11 órgãos públicos deram início ontem no Interlegis a *workshop* sobre contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicações (TIC). A duração do curso vai até sexta-feira, das 8h30 às 12h30, exceto quinta-feira.

Em palestra proferida ontem, o assessor do TCU Cláudio Cruz defendeu o fim da terceirização de profissionais de informática, já que a categoria está incluída em planos de cargos e salários de órgãos públicos. Em razão desse fato, segundo ele, deveria ser proibida a contratação indireta, conforme prevê o Decreto-Lei 2.271/97,

que regulamenta o assunto.

Para Marcelo Silva Cunha, do Prodasen, a idéia é promover, no futuro, curso para habilitar empresas públicas de treinamento a realizar *workshops* com todos os gestores de TIC.

O evento é promovido pelo Senado, Câmara dos Deputados, Ministério da Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Secretaria da Receita Federal, Controladoria Geral da União e Conselho da Justiça Federal.

Tem início no Senado curso de extensão sobre TV digital

Começou ontem no Senado Federal o curso de extensão Impactos e Tecnologia da TV Digital. O objetivo é capacitar servidores da Casa para a nova realidade de transmissão televisiva. Durante a cerimônia de abertura, no auditório do Interlegis, o diretor da TV Senado, James Gama, destacou o ineditismo do curso ao afirmar que essa iniciativa pretende "nivelar o corpo técnico" acerca das questões que envolvem a TV digital.

Também participaram do evento o diretor-geral do Senado,

Agaciel da Silva Maia; a vice-reitora acadêmica da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), Vânia Maione Alves Nina; a diretora-executiva do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Denise Ramos de Araújo Zogbhi; e o diretor da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB), Humberto Abdala Júnior.

Para Agaciel Maia, o curso é apenas uma introdução e, em seguida, anunciou que a Casa já estuda promover curso de pós-graduação sobre o tema.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Antes de votar MPs, Plenário lembra Antonio de Salvo

O Senado reúne-se em sessão especial, às 10h, destinada a homenagear a memória de Antonio Ernesto Werna de Salvo, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que faleceu no dia 29 de julho.

Às 14h, inicia-se sessão deliberativa, com a pauta trancada por três projetos de lei de conversão (PLVs) e duas medidas provisórias (MPs). O primeiro item é o PLV 19/07, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.



Comissão retoma debate sobre o PDE

A Comissão de Educação (CE) promove às 10h a sexta reunião do ciclo de audiências públicas sobre idéias e propostas para o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado recentemente. Foram convidados, entre outros, o secretário-geral da Fundação

Roberto Marinho, Hugo Barreto; a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação e secretária de Educação do Tocantins, Maria Auxiliadora Seabra Rezende; e o ex-ministro da Educação e atual deputado federal Paulo Renato Souza (PSDB-SP).

Pregão eletrônico é tema de discussão na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se em audiência pública às 10h para debater o projeto de lei de iniciativa do Executivo que amplia o uso do

pregão eletrônico nas compras do governo federal, com o objetivo de dar mais transparência às licitações e concorrências públicas. Estão convidados, entre outros, o

ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues.

CPI do Apagão ouve procuradores da República

Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo do Senado Federal ouve os procuradores da República Matheus Baraldi Magnani, de Guarulhos (SP), e José Ricardo Meirelles e Paulo Roberto Galvão de Carvalho, de Campinas (SP).

Também deverão comparecer à reunião os procuradores da República Suzana Fairbanks Lima e Fernanda Teixeira Souza Taubemblatt, do estado de São Paulo; Hélio Telho Correa Filho, de Goiás; e Bruno Caiado de Acioli, do Distrito Federal.



CMA examina projeto contra a desertificação

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se para analisar, entre outras proposições, o projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate

e Prevenção à Desertificação (transformação de uma região em deserto pela ação de fatores climáticos ou humanos).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes e Mão Santa



Comissão de Assuntos Econômicos discute projeto de lei que faz parte do PAC

Proposta que amplia uso do pregão eletrônico será debatida na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 10h, audiência pública para debater o projeto de lei, já aprovado na Câmara, que amplia o uso do pregão eletrônico nas compras do governo com o objetivo de dar mais transparência às licitações e concorrências públicas.

Entre os convidados para o debate estão o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e os presidentes do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues; do Conselho Federal de Engenharia, Marcos Túlio de Melo;

da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão; da Associação Brasileira de Infra-Estrutura, Paulo Godoy; e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, Luiz Fernando Santos Reis.

O projeto (PLC 32/07) integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e recebeu emendas de duas comissões do Senado. Uma delas exige que as informações sobre licitações e leilões, além de veiculadas na internet, sejam publicadas nos jornais de grande circulação e no *Diário Oficial da União*.

Política contra desertificação deve ser votada na CMA

Projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão definitiva. O relatório do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) é favorável à proposta.

Ao justificar o projeto (PLS 70/07), Arruda lembra que o Brasil é signatário da Convenção Internacional de Combate à Desertificação e à Seca, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1994. Enquadrados na convenção estão os estados do Nordeste, Minas Gerais



Combater a miséria em regiões áridas é o objetivo do projeto de Inácio Arruda

e Espírito Santo – ou 11,5% do território nacional. A iniciativa do senador tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento sustentável nessas áreas por meio do combate à pobreza e às desigualdades sociais, entre outras medidas.

Relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes diz depender de confirmação de denúncia contra Denise Abreu. Hoje e quinta, comissão ouve 14 procuradores; amanhã, Nelson Jobim

CPI pode pedir ao TCU auditoria na Agência de Aviação Civil

O relator da CPI do Apagão Aéreo, senador Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou ontem que a comissão poderá solicitar ao TCU uma auditoria na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O pedido vai depender da confirmação de denúncia do ex-presidente da Infraero, o brigadeiro José Carlos Pereira, contra Denise Abreu, diretora da Anac.

Segundo Pereira, Denise Abreu tentou transferir o setor de cargas dos aeroportos de Congonhas e de Viracopos para o de Ribeirão Preto, que seria administrado por um amigo da diretora.

– Já estão convocados para depor tanto o brigadeiro José Carlos Pereira quanto Denise Abreu. O que ele disse é de extrema gravidade – assinalou Demostenes.

O relator salientou ter recebido telefonema do presidente



Relator da CPI, Demostenes Torres vê fortes indícios de corrupção na Infraero

da Anac, Milton Zuanazzi, que tachou a acusação de caluniosa.

A CPI realizará três reuniões nesta semana. A de maior destaque ocorrerá amanhã, com a presença do ministro da Defesa, Nelson Jobim, que há 14 dias substituiu Waldir Pires.

Paim lamenta acidente da TAM e homenageia Júlio Redecker

Após 30 dias de ausência do Senado, em decorrência de problemas de saúde na família, o senador Paulo Paim (PT-RS) prestou ontem em Plenário uma homenagem às 199 vítimas do acidente com o Airbus da TAM.

Paim manifestou solidariedade às famílias e lamentou em especial a morte do deputado federal Júlio Redecker (PSDB-RS), seu ex-colega na Câmara dos Deputados e a quem considerava “um grande homem público, um guerreiro, uma grande liderança”. Afirmou que muitas vezes discursava do deputado, mas que mantinha com ele uma relação de respeito mútuo.

O parlamentar gaúcho citou o nome de várias vítimas, entre elas as “tricotadeiras” defensoras da causa dos aposentados e pensionistas

e com as quais se encontrou em audiências públicas no Senado e na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. Ele destacou que a luta delas “não foi em vão”.

Paim lamentou também a morte do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), a quem disse respeitar. Para ele, Antonio Carlos desempenhou seu papel na política “com coragem”. Recordou ainda a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a presidência do senador baiano, dos estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Igualdade Racial, este último pendente de votação em Plenário.

Em apartes, diversos senadores homenagearam Júlio Redecker. Marco Maciel (DEM-PE) lembrou a participação do deputado na Juventude do PDS, embrião



Paulo Paim lembra também a luta das “tricotadeiras” pelos direitos dos idosos

do PFL (hoje Democratas), após a aliança para eleger Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Maciel ressaltou as qualidades de liderança de Redecker, dizendo que, embora tenha vivido pouco, “doou-se às causas do país”.

Paulo Paim recebeu ainda diversos apartes em solidariedade ao seu filho, que foi submetido a nove cirurgias em decorrência de complicações de operação para redução do estômago.

Papaléo aponta incoerência em discurso de Lula sobre crise aérea

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) – foto – comentou ontem em Plenário artigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicado no jornal *Gazeta Mercantil* em 2002 e citado pelo jornalista André Petry na edição

desta semana da revista *Veja*. No texto, Lula criticava o “estágio terminal” do setor aéreo e culpava o governo Fernando Henrique Cardoso por não adotar medidas de proteção às empresas, que, segundo o atual presidente, cor-

riam o risco de ser “engolidas por empresas estrangeiras”.

Papaléo comparou o artigo com a declaração de Lula do último dia 2 de agosto, em que afirmou desconhecer a gravidade da crise aérea. Para o senador,

fica demonstrada a incoerência entre os discursos do presidente e a incapacidade gerencial do governo. Lula teria proposto ainda medidas que, segundo Papaléo Paes, não teria posto em prática ao assumir o governo.



Gerab/Vigoda

Mesa do Senado decide hoje sobre representação no caso Schincariol

A Mesa diretora do Senado Federal reúne-se hoje, às 10h, para deliberar sobre o acatamento ou não da segunda representação do PSOL contra o senador Renan Calheiros. A reunião foi convocada na quinta-feira passada pelo 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC).

A nova representação pede investigação sobre as relações da família Calheiros com a cervejaria Schincariol, com base em denúncia publicada pela revista *Veja* em 11 de julho, bem como sobre as denúncias em relação a suposta apropriação ilegal de área rural em Murici (AL).

Dois partidos de oposição, o Democratas e o PSOL, estudam a possibilidade de apresentar

uma terceira representação contra Renan Calheiros por quebra de decoro. O motivo são as denúncias publicadas pela revista *Veja* desta semana, segundo as quais o senador seria sócio, por meio de “laranjas”, de duas emissoras de rádio em Alagoas, o que é proibido pela Constituição.

O processo no Conselho de Ética contra Renan Calheiros, solicitado pelo PSOL, por quebra de decoro, é relacionado a denúncia também feita por *Veja* de que o parlamentar teria parte de suas despesas pessoais – pensão à jornalista Mônica Veloso, com quem o parlamentar tem uma filha – pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior.

PF solicita informações sobre notas de negócios com gado

Na pauta da reunião de amanhã da comissão de inquérito do Conselho de Ética está novo pedido da Polícia Federal de esclarecimentos a respeito de algumas notas fiscais apresentadas por Renan Calheiros para comprovar a venda de gado. A informação é da assessoria de imprensa do presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que integra a comissão de inquérito juntamente com os três relatores do processo contra Renan – Almeida Lima (PMDB-SE), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES).

O presidente do Senado responde a representação protocolada no Conselho de Ética pelo PSOL, baseada em denúncia da revista *Veja* de que pensão mensal de R\$ 12 mil à jornalista Mônica Veloso – com quem Renan tem uma filha de três anos – foi paga por Cláudio Gontijo, funcionário da empresa Mendes Júnior. Como o valor ultrapassa os rendimentos de Renan como parlamentar, o conselho solicitou à PF uma perícia na vida contábil do senador, que inclui a compra e venda de gado de sua propriedade, para comprovar a legalidade das notas fiscais e demais documentos apresentados por ele e empresas com as quais teria negociado.

Perícia

Em entrevista concedida ontem à Agência Senado, Almeida Lima afirmou que não fora informado sobre o novo pedido da PF. A reunião da comissão de inquérito, segundo ele, será sempre semanal, com o objetivo de justamente discutir os assuntos pendentes



Renato Casagrande considera positiva a atitude do procurador-geral da República

sobre o caso Renan.

– Decidimos aguardar a conclusão da perícia da PF para convocar uma reunião com todos os senadores do Conselho de Ética.

Almeida Lima esclareceu que, na última reunião da comissão de inquérito, quarta-feira (1º), já ficou decidido que o conselho convidará para depor Renan Calheiros, Mônica Veloso, Cláudio Gontijo e o jornalista da Revista *Veja* Policarpo Junior, responsável pela matéria que traz a denúncia contra o presidente do Senado.

Também em entrevista à Agência Senado, Renato Casagrande afirmou na tarde de ontem ser “perfeitamente possível” que o colegiado investigue a nova denúncia contra Renan.

Na avaliação de Casagrande, é bastante positiva a atitude do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que ontem pediu ao Supremo Tribunal Federal abertura de inquérito para investigar o presidente do Senado. “O procurador só faz legitimar a investigação que vem sendo realizada pelo conselho”, afirmou.

Senador levanta hipótese de estar sendo usado como “cortina de fumaça” para encobrir possíveis irregularidades na venda da TVA, pelo Grupo Abril, a empresa estrangeira

Renan rebate em carta aos colegas denúncia de que comprou rádios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou ontem carta aos senadores rebatendo denúncia da revista *Veja* desta semana que atribui a ele a compra clandestina de duas emissoras de rádio em Alagoas. Renan abre o texto acusando a revista de difundir inverdades, na suposta tentativa de desonrar seu mandato como senador e dificultar sua permanência no comando do Senado.

“É nítido o propósito da revista de manter aceso, artificialmente, o pseudo-escândalo por ela mesma criado. Como as primeiras acusações já foram por mim rebatidas definitivamente, agora fabricam outras, no embalo das



Renan: “Asseguro que tanto no plano ético quanto no plano moral nada devo”

maledicências provincianas e do ressentimento dos derrotados”, afirma.

Ainda na carta, Renan indaga

Íntegra da carta do presidente do Senado

“Prezado amigo(a),

Como é notório, uma revista semanal, sem limites éticos e qualquer critério jornalístico, travestida de tribunal político, vem difundindo inverdades, tentando desonrar o mandato que me foi legitimamente outorgado pelo povo de Alagoas, e dificultar a minha permanência na direção da Casa.

Reafirmo a vossa excelência que sempre preservei a dignidade do cargo que ocupo.

Jornalistas e repórteres são as mais expressivas testemunhas do meu respeito pela liberdade de imprensa. No entanto, reajo com veemência a essas reiteradas torpezas.

É nítido o propósito da revista de manter aceso, artificialmente, o pseudo-escândalo por ela mesma criado. Como as primeiras acusações já foram por mim rebatidas definitivamente, agora

fabricam outras, no embalo das maledicências provincianas e do ressentimento dos derrotados.

A derradeira frustração foi tentar me envolver numa negociação da Schincariol em Alagoas, quando logo ficou claro que nada tenho a ver com a empresa vendida.

Dessa vez, além da capa, a revista reservou generosas páginas para destilar vilanias. E mais uma vez mentiu.

Grande parte da nação está curiosa. Quer saber o que está por trás de tudo isso, desta voraz e contínua tentativa de linchamento moral. Desses ataques que não cessam.

Patriotismo? Compromisso ético com a lisura e o comportamento dos homens públicos? Ou, quem sabe, usar-me como cortina de fumaça para que, por suas sombras, acabe por ser celebrada uma nebulosa tran-

a motivação da “voraz e contínua tentativa de linchamento moral” que *Veja* estaria promovendo contra ele. E, como resposta, levanta a hipótese de estar sendo usado como “cortina de fumaça” para encobrir possíveis irregularidades no processo de venda da TVA – canal de televisão paga de propriedade do Grupo Abril, que também edita a revista – a uma empresa estrangeira por cerca de R\$ 1 bilhão.

Em outros trechos da carta, o presidente do Senado reafirma aos senadores que sempre preservou a dignidade do cargo e assegura não dever nada tanto no plano ético quanto no moral.

sação de cerca de R\$ 1 bilhão, envolvendo a venda de uma concessão de canal de televisão pelo Grupo Abril, proprietário da revista *Veja*, a uma empresa estrangeira?

Este, sim, um assunto que verdadeiramente interessa à sociedade brasileira. Talvez fosse o caso de investigar o negócio bilionário que se deseja manter na obscuridade.

Ninguém ignora o poder dessa gente. Aliás, poder ostensivamente demonstrado na série interminável de reportagens infamantes, editadas para garantir que detalhes sórdidos da operação não venham à tona.

De minha parte, asseguro a vossa excelência que tanto no plano ético quanto no plano moral nada devo.

Não irei decepcioná-lo(a).

Afetuosamente,
Senador Renan Calheiros”

Senador pede à Procuradoria análise de documentação

Renan Calheiros também divulgou ontem o ofício que enviou ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, requerendo a análise da autenticidade da documentação apresentada por ele ao Conselho de Ética. Esses documentos fazem parte do processo por quebra de decoro parlamentar contra Renan, a pedido do PSOL, pelo suposto

uso de recursos da construtora Mendes Júnior para pagamento de despesas pessoais suas.

Datado de 10 de julho passado, o ofício antecede em mais de 20 dias a decisão do procurador-geral da República de solicitar ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para investigar o presidente do Senado. Renan aponta como motivação de seu

pedido a polêmica estabelecida no Conselho de Ética sobre a veracidade dos documentos encaminhados pela sua defesa.

“Espero, com essa atitude, contribuir para a descoberta da verdade real, afastando, assim, as sombras que os inimigos da verdadeira Justiça tentam lançar sobre a minha conduta”, diz Renan ao final do documento.

Líder do DEM considera “gravíssima” acusação feita pela revista *Veja* desta semana. “Como está não é mais possível continuar”, afirma líder tucano

Agripino defende apuração de nova denúncia contra Renan

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), anunciou ontem, em discurso, que pediu a advogados de seu partido que elaborem uma representação contra Renan Calheiros, pelas novas acusações de *Veja*. De acordo com a revista, Renan teria comprado em parceria com o ex-deputado João Lyra duas emissoras de rádio em Alagoas. Pela lei, parlamentar não pode ser proprietário de rádio ou televisão.

Agripino afirmou que o Democratas não pretende mais votar matérias no Senado enquanto Renan Calheiros estiver à frente da Casa. Ele voltou a pedir a Renan que deixe a Presidência do Senado até o fim das investigações.

O líder do DEM disse esperar que o PSDB e o PDT assinem a eventual representação, pois considera a nova acusação “gravíssima”. O senador informou que vai reunir hoje os senadores democratas para tratar do assunto. Sua decisão de solicitar



Agripino: DEM não pretende mais votar matéria com Renan no comando da Casa

aos advogados que elaborem a representação, assinalou, foi apoiada pelo presidente nacional do Democratas, deputado Rodrigo Maia (RJ).

– A instituição Senado está fraturada perante o conceito da opinião pública. Fraturada não pela ação de seus senadores, mas pela investigação que se processa em torno do presidente da Casa, o que está tirando a credibilidade do Senado no seu dia-a-dia – pon-

derou o parlamentar.
Microempresa

Agripino afirmou que quer apoio de sua bancada para obstruir as votações sob a presidência de Renan Calheiros. O líder do DEM disse ter consciência de que os senadores precisam votar as mudanças na Lei Geral das Microempresas, que constam da pauta desde a semana passada. Essa votação, no entanto, depende da deliberação preliminar do Plenário sobre medidas provisórias.

– Vamos encontrar um caminho para não prejudicar os microempresários do Brasil. Agora, uma coisa me incomoda, e incomoda muito: passarmos ao país a imagem de que estamos em paz no Senado. Não estamos em paz coisa nenhuma. Estamos constrangidos pela investigação que não termina, pelo veredicto que não foi dado, pelas acusações que são feitas ao presidente. Temos de encerrar tudo isso.

Virgílio: bancada do PSDB vai decidir se acompanha Democratas

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), anunciou que a bancada do partido se reúne hoje, às 12h30, para decidir se acompanhará a posição do Democratas de obstruir as votações enquanto o Senado estiver sendo presidido por Renan Calheiros. Ele disse que ocupará a tribuna para comunicar a decisão do partido.

Para o senador tucano, Renan precisa explicar os fatos denunciados pela revista *Veja* e confirmados por João Lyra, suposto sócio do senador em empresa de comunicação. Ele voltou a sugerir que Renan se afaste da Presidência do Senado, aguarde o veredicto do Conselho de Ética e pare de contribuir para afundar a Casa numa crise.

– Como está, não é mais possível continuar – afirmou o parlamentar.

Cubanos

O senador também considerou “deplorável” a deportação sumária dos dois boxeadores cubanos que haviam fugido da vila onde estavam hospedados os atletas

que competiram nos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro. A seu ver, a diplomacia brasileira rasgou a tradição de fornecer asilo político a quem foge de regimes autoritários e que a deportação foi uma agressão aos direitos humanos.

– O Brasil hoje a mim me envergonha – afirmou.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) comparou a deportação dos atletas cubanos ao episódio ocorrido com a esposa de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, entregue aos nazistas pela ditadura Vargas. No caso dos cubanos, disse, não foi cumprido o prazo de 30 dias antes de deportá-los.

– Aproveitaram o final de semana, na calada da noite, para repetir o episódio de Olga Benário – avaliou Heráclito.

João Tenório (PSDB-AL) afirmou que estava emocionado com o pronunciamento de Virgílio e ressaltou que o Brasil tem uma tradição de solidariedade com asilados políticos. Papaléo Paes (PSDB-AP) lamentou a decisão



Virgílio volta a sugerir afastamento do presidente do Senado durante processo

do governo Lula e salientou que não consegue entender por que um governo do PT é subserviente ao governo cubano e não reage a “essa atitude escabrosa”.

Eduardo Suplicy (PT-SP) assinalou que está “de pleno acordo” quando Virgílio faz a defesa da garantia a todos os cidadãos, de qualquer país das Américas, à livre circulação.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) se manifestou constrangido em ver como companheiros da base governista não conseguem se posicionar diante de “ditaduras sanguinárias”.

– Esse regime [cubano], que precisa ser execrado, é a maior afronta à liberdade dos homens no mundo atual – disse Crivella.

Jobim participará de audiência em subcomissão, anuncia Garibaldi

A participação do ministro da Defesa, Nelson Jobim, em audiência na Subcomissão Temporária dos Marcos Regulatórios foi anunciada por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). À reunião, conforme o senador, comparecerá também o novo presidente da Infraero, Sérgio Gaudenzi.

– O presidente do colegiado, Delcídio Amaral [PT-MS], pretendia realizar uma reunião hoje sobre a crise do setor. Mas, foi mais prudente aguardar para a próxima semana. Teremos um painel variado com opiniões e avaliações sobre a crise.

De acordo com Garibaldi, um



Garibaldi: Anac deveria estar cumprindo suas atribuições de maneira mais eficaz

dos temas a ser tratados serão as atribuições da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) quanto à segurança, “que deveriam estar sendo cumpridas de uma maneira mais eficaz”.

Para Colombo, vaias a Lula têm como alvo toda a classe política

“Embora ainda mantenha sua popularidade, o presidente Lula perdeu a credibilidade e dificilmente conseguirá recuperá-la”, afirmou Raimundo Colombo (DEM-SC), observando que as vaias e os movimentos de protestos, como o “Cansei”, têm como alvo toda a classe política.

– A população não cansou apenas do governo, mas do modelo político. O movimento não é contra Lula e nem é encabeçado pelas oposições. Ninguém consegue coordenar uma vaia no Maracanã, isso não existe, é uma afirmação idiota.

Os protestos também não são apenas da elite. Os que estão indo às ruas representam uma decepção coletiva – afirmou.

Na opinião do senador, a aprovação da renovação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) distanciará ainda mais os políticos da população. Contrário à medida, ele criticou a forma como a matéria está sendo encaminhada. “Um deputado federal ameaçou repartir o dinheiro da CPMF se um correligionário seu não fosse nomeado, como foi, para uma estatal”, denunciou.

Suplicy destaca artigo de Lula sobre parceria com o México

Eduardo Suplicy (PT-SP) citou um artigo, publicado no jornal *O Globo*, em que o presidente Lula ressalta que Brasil e México são as maiores economias da América Latina e que o fluxo comercial bilateral alcançou, em 2006, o volume recorde de cerca de US\$ 6 bilhões.

– O México já é o sétimo parceiro comercial do Brasil e o quinto mercado para nossas exportações – assinalou.

Lula também afirma que tem defendido a construção na América do Sul de um espaço [Mercosul] economicamente integrado, socialmente solidário e politicamente democrático. Ele acrescenta que esses valores o fizeram incluir a



Suplicy ressalta que fluxo comercial bilateral teve volume recorde em 2006

América Central e o Caribe na viagem que faz no momento. “Sei que o México vem desenvolvendo projeto de integração com seus vizinhos na fronteira sul, com ênfase na construção de uma infra-estrutura física”, frisou Lula no artigo.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores lê nota responsabilizando o governo Lula pelas sanções políticas que boxeadores que fugiram durante o Pan venham a sofrer em Cuba

Democratas protesta contra deportação de atletas cubanos

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), leu, em Plenário, nota do seu partido manifestando indignação com a decisão do governo federal de deportar os dois atletas cubanos que fugiram durante a realização dos Jogos Pan-Americanos, em julho, no Rio de Janeiro.

“O Democratas considera que será de integral responsabilidade do governo Lula os constrangimentos físicos e psicológicos impostos aos atletas cubanos, bem como qualquer tipo de punição política que venham sofrer em seu país”, diz a nota.

O DEM condenou o fato de ter sido usado “o aparato de inteligência” do Estado para localização, captura e deportação dos boxeadores Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara sem que tivessem a chance de esperar por um *habeas corpus* – que seria



Heráclito Fortes pede que a CRE debata a decisão e recebe apoio em apertes

concedido ontem – para ganharem tempo e regularizarem sua situação. Eles voltaram a Cuba no último sábado.

O senador observou que os atletas poderiam ter contado com advogados para se defender, mas foram mantidos sob vigilância e deportados rapidamente. Heráclito pediu que na próxima reunião da CRE seja aprovada a convocação dos responsáveis por esse ato,

que a seu ver foi “ilegal e contra as liberdades do país”.

– Não sei o que o Partido dos Trabalhadores poderá agora dizer sobre direitos humanos. Que autoridade terá para voltar a falar em praça pública sobre liberdade? O cerceamento da vontade desses dois atletas representa e justifica a vaia que o presidente Lula levou no Maracanã – frisou.

Em aparte, Mário Couto (PSDB-PA) classificou como “coisa de ditador” a retirada dos atletas cubanos da Vila do Pan antes do encerramento dos jogos. Raimundo Colombo (DEM-SC) disse ter-se decepcionado com as desigualdades e a falta de liberdade que viu em sua visita a Cuba, quando jovem. Já Mão Santa (PMDB-PI) lembrou do que ocorreu com Olga Benário, mulher do líder comunista Luís Carlos Prestes, deportada para a Alemanha na década de 30 e executada em uma câmara de gás.

Faltam investimentos em saúde e habitação, reclama Mão Santa

Segundo Mão Santa (PMDB-PI), o governo federal não tem realizado investimentos nas áreas de habitação e saúde em diversos estados do país. Comentando reportagens do jornal piauiense *O Dia*, o senador disse que a falta de verbas públicas nesses setores propiciou o aumento do número de casos de tuberculose no Piauí e impediu o atendimento de sem-tetos por programas de moradia.

Ressaltando o expressivo número de portadores da tuberculose no país: 85 mil, tendo somente

o Piauí mais de 170 mil casos confirmados entre 2005 e 2006, Mão Santa atacou o governo por retirar recursos de áreas prioritárias com o objetivo de custear altos salários de servidores federais não concursados.

– Os aloprados, sem concurso, vão começar ganhando R\$ 10.448. Como é que vai sobrar dinheiro para a tuberculose? – questionou.

O senador se referiu ainda ao artigo “Saúde e Ética”, publicado também pelo jornal *O Dia*,



Mão Santa destaca aumento do número de casos de tuberculose no Piauí e no país

em que o jornalista Ernesto Magalhães relembra ensinamentos do pai – o ex-deputado Ribeiro Magalhães – em suas aulas sobre ética e filosofia na Universidade Federal do Piauí.

Maciel questiona freqüente edição de MPs pelo Executivo

A edição freqüente de medidas provisórias prejudica as prerrogativas do Legislativo, por preverem o trancamento da pauta de votações do Senado e da Câmara se não forem votadas em tempo hábil, afirmou Marco Maciel (DEM-PE).

O senador lembrou que a função de legislar foi adotada pelo Executivo sempre somente em períodos excepcionais da vida do país, como por ocasião da proclamação da República, da Revolução de 1930 e do regime militar. Maciel salientou que a adoção do instituto jurídico da MP, criado pela Constituinte de 1987/1988, decorreu de “tosca adaptação” ao regime presidencialista do dispositivo da Constituição parlamentarista da Itália de 1946: os chamados *provvedimenti provvisori*, permitidos somente em três casos: segurança nacio-



Medidas provisórias são características de regime parlamentarista, afirma Maciel

nal, calamidade pública e normas financeiras.

Ele acrescentou que as MPs muitas vezes vêm sendo adotadas sem obedecer às exigências constitucionais de relevância e urgência e disse que elas são bem mais permissivas do que os decretos-leis utilizados pelos governos militares, pois estes tinham objeto limitado.

Mário Couto considera precário o transporte para a Ilha de Marajó

A precariedade do transporte para a Ilha de Marajó (PA) foi criticada por Mário Couto (PSDB-PA). O senador afirmou que muitos turistas consideram a ilha um verdadeiro paraíso, mas se negam a voltar ao lugar devido ao acesso precário.

– As balsas que fazem o transporte, a qualquer momento, vão dar problemas graves, como se dá agora no espaço aéreo brasileiro – observou.

Couto também lamentou a falta de investimentos em energia elétrica e estradas na ilha, por ele visitada durante o recesso.

O senador ainda criticou a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), por já ter contratado, sem concurso, mais de 700 assessores especiais – uma média de quatro por dia, segundo o jornal *O Liberal* –, com salários entre R\$ 2,6 mil e R\$ 3,5 mil. Ele acrescentou não conseguir enten-



Mário Couto diz que problemas em balsas fazem com que turistas temam voltar à ilha

der o que fazem esses assessores especiais.

Mário Couto disse ter vindo de Belém a Brasília de ônibus, devido ao pânico manifestado por sua família em relação ao caos aéreo.

– Os ministros viajam nos jatinhos da FAB [Força Aérea Brasileira] porque sabem o perigo que o brasileiro corre hoje andando de avião – assinalou.

Crivella diz que é preconceituosa sentença de juiz paulista contra jogador

A decisão do juiz Manoel Maximiano Junqueira Filho, que arquivou a queixa do jogador de futebol do São Paulo, Richarlysson, contra o diretor administrativo do Palmeiras, José Cyrillo Júnior, foi criticada por Marcelo Crivella (PRB-RJ). Cyrillo insinuou que o atleta é homossexual.

Apesar de reafirmar sua posição contrária ao projeto que tipifica

como crime a discriminação e o preconceito contra homossexuais (PLC 122/06), o senador considerou que o juiz da 9ª Vara Criminal de São Paulo “não primou pela impessoalidade e legalidade”.

– O juiz disse que futebol não é coisa de homossexual. A sua opinião é de que homossexualismo não é compatível com atitudes viris. A discriminação é

odiosa. Lamento profundamente a sentença. Presto solidariedade a esse jogador, que não sei se é homossexual ou não.

O senador comentou ainda o que considerou uma indelicadeza do ministro da Defesa, Nelson Jobim, em relação a seu antecessor Waldir Pires. A demissão de Pires, a troca de comando na Infraero e a possível renúncia da diretoria da

Anac foram tratadas por Crivella como resultado do “sentimento de vingança que aflora nos momentos seguintes a uma tragédia” como o acidente com o avião da TAM. Ele citou Floriano Peixoto para pedir a Jobim moderação: “Se dos moderados não podemos esperar decisões supremas, dos exaltados não se deve esperar decisões seguras”.



Crivella presta solidariedade a Richarlysson e comenta mudança de ministro da Defesa



Serys: cancelamento e atraso superior a duas horas serão punidos com multa

Passageiros de avião podem ter indenização rápida

Aguarda recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que institui o pagamento de indenização aos passageiros em caso de atraso ou cancelamento de vôos. A proposta da senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) estabelece o pagamento imediato e em dinheiro de multa ao passageiro no valor integral da tarifa cheia nos casos de cancelamento e atraso superior a duas horas.

No entanto, o projeto (PLS 429/07) prevê ainda que a multa não se aplica caso o cancelamento ou o atraso seja motivado por condições meteorológicas nos aeroportos de origem ou de destino e também se o aeroporto estiver fechado ou inoperante. Quando houver interrupção ou atraso do vôo em aeroporto de escala por mais de duas horas, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem do trecho faltante ou pela imediata devolução do preço referente àquele trecho.

Bagagem

A companhia aérea também poderá ser multada em 50% do valor integral da tarifa cheia caso não entregue a bagagem do passageiro, inviolada e em bom estado de conservação, no prazo máximo de 20 minutos após o desembarque. Se algum dano tiver sido resultado de dolo ou culpa do transportador, não se aplica o limite de indenização.

No caso de morte ou lesão corporal grave e permanente, o valor das indenizações não poderá ser inferior a R\$ 1 milhão e a R\$ 750 mil, respectivamente. A indenização por dano conseqüente da destruição, perda ou avaria da bagagem despachada ou conservada em mãos do passageiro limita-se a R\$ 10 mil.

Serys Silhessarenko afirmou que a proposta visa ampliar os direitos dos passageiros previstos no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), garantindo-lhes uma justa compensação.

Projeto do senador cria o cargo de vice-presidente da autarquia e fixa quarentena de um ano para ex-funcionários trabalharem na iniciativa privada do sistema financeiro

Simon propõe mudanças na gestão do Banco Central

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei para criar o cargo de vice-presidente do Banco Central do Brasil, que seria o responsável pela fiscalização do sistema financeiro. A mesma proposição proíbe que ex-funcionários da autarquia, incluindo os membros da diretoria, ingressem na iniciativa privada do sistema financeiro em período inferior a um ano após sua exoneração, demissão ou aposentadoria.

A proposta de Simon (PLS 324/07, complementar) altera a lei que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias (Lei 4.595/64) para definir que um dos cinco membros da diretoria do Banco Central seja o vice-presidente. De acordo com o projeto, o vice-presidente atuará de forma autônoma e terá por atribuição exclusiva a



Simon quer impedir que o BC continue a ser usado como estágio para economistas

fiscalização e a supervisão do sistema financeiro nacional. O objetivo, justifica o senador, é separar a área de fiscalização das atividades normais do BC.

Ao proibir que ex-funcionário do banco trabalhe na iniciativa privada durante o período de um ano após desligamento, o projeto pretende impedir que a autarquia con-

tinua a ser usada como “estágio” para economistas e financistas. O interesse desses profissionais pela instituição, argumenta Simon, é enriquecer o currículo para, em seguida, trabalhar na iniciativa privada do sistema financeiro, como gerentes de fundos, consultores, diretores ou mesmo proprietários de bancos particulares.

“Atualmente, não há compromisso com a coisa pública e com a ética da administração pública, facilitando a ocorrência de fatos danosos para a sociedade, como eventuais negociatas com instituições privadas com base em informações privilegiadas”, diz o texto.

A iniciativa reproduz proposição apresentada em 2005 pelo então senador Antero Paes de Barros, que não chegou a ser aprovada por causa do término da legislatura.

Mesquita Júnior quer evitar abusos em contratos de serviços públicos

Projeto de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) estabelece que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre concessionárias de serviços públicos outorgados pela União e seus usuários devem ser aprovadas previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. A proposta tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

“É comum, especialmente entre as concessionárias de serviços telefônicos e de televisão a cabo,

o uso do indecente princípio da fidelização, de que todos se tornam vítimas, sem que saibam de sua existência quando se tornam usuários de tais serviços”, argumenta o senador na justificativa do projeto (PLS 430/07).

O princípio de fidelização, afirma ele, é uma multa imposta pelas concessionárias quando o consumidor, baseado na presunção da liberdade de mercado de que deve desfrutar, tenta cancelar um serviço, mudar de fornecedor ou pôr fim a um abuso.

“Tudo se passa sob os olhares



Mesquita Júnior critica fidelização de serviços telefônicos e de TV a cabo

complacentes das agências reguladoras, numa simbiose incompreensível de condescendência e leniência que termina se transformando em criminosa cumplicidade entre fiscais e fiscalizados”, justifica o parlamentar.

Colombo defende uso do FGTS para pagar curso superior

Raimundo Colombo (DEM-SC) quer permitir a utilização de recursos da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento da matrícula e das mensalidades de cursos em instituições de ensino superior, tanto do titular da conta como de seus dependentes.

A proposta (PLS 208/07)



Projeto de Raimundo Colombo prevê benefício para titular e dependentes

do senador espera a definição de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e depois será enviada à Comissão de Educação (CE), que deverá

apreciá-la em decisão terminativa.

O projeto acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei 8.036/90, que já permite o uso de recursos do FGTS para 16 outros casos, como financiamento imobiliário e tratamento da Aids e do câncer, por exemplo.

Colombo argumenta que o pagamento de mensalidades com o FGTS vai representar “uma alternativa válida e eficaz para melhorar a empregabilidade dos trabalhadores e seus dependentes e reduzir a evasão universitária”.



Custo das operadoras é repassado a todos os consumidores, alerta Adelmir Santana

Adelmir: preço maior para quem compra com cartão de crédito

Proposição de iniciativa do senador Adelmir Santana (DEM-DF) permite a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista. Ele pretende modificar o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), acrescentando parágrafo que indica não ser abusiva a fixação de preços distintos.

Segundo Adelmir Santana, a prática já ocorreu no passado, mas foi eliminada. Na avaliação do senador, os consumidores que não utilizam cartão – menos abastados, em sua avaliação – acabam subsidiando os que lançam mão do meio de pagamento, já que os custos com as operadoras de cartão, por exemplo, são repassados e elevam o preço dos artigos ou do serviço. O parlamentar utiliza-se de um trecho da monografia vencedora do Prêmio Seae (Secretaria de Acompanhamento Econômico) para justificar sua tese.

“A aceitação do cartão de crédito por parte do vendedor possui um custo, e este é repassado aos consumidores na forma de preços mais altos. Esse custo deveria ser pago pelo consumidor que utiliza o cartão para quitar suas compras. Porém, ao homogeneizar os preços, não só esses incorrem no custo adicional, mas também todos os outros consumidores”, diz o texto da justificativa ao projeto (PLS 213/07).

Transparência

Adelmir Santana sugere “transparência na informação” sobre os custos da atividade econômica e as circunstâncias da contratação para permitir ao consumidor avaliar as vantagens e desvantagens da contratação e dos meios de pagamento postos à sua disposição. A proposta tramita nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo a essa última decisão terminativa.

O relator do texto, deputado Dr. Rosinha, ressalta a possibilidade de ampla participação da sociedade nos debates do órgão e a criação de dez comissões técnicas

Aprovado o Regimento Interno do Parlamento do Mercosul

O Regimento Interno do Parlamento do Mercosul foi aprovado ontem pela unanimidade dos representantes do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina presentes à quarta sessão ordinária da instituição, em Montevideu. O relator do texto, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), destacou a possibilidade de ampla participação da sociedade nos debates e a criação de dez comissões técnicas.

Haverá, ainda, a votação dos destaques para a promoção de alterações em determinados pontos do texto, que foi dividido em 11 capítulos e contém 173 artigos. O deputado brasileiro disse que a idéia é a de que o regimento tenha vida longa. Ele chamou a atenção para a previsão de que, iniciada a sessão, a falta de quórum subsequente não impedirá o debate do tema em pauta, ficando vedada, no entanto, qualquer votação.

Assimetrias

Dr. Rosinha falou ainda sobre as dificuldades para a elaboração do regimento, devido às diferenças entre as culturas dos países que compõem o bloco. Segundo relato do delegado permanente do Brasil junto à Associação Latino-



Parlamentares do bloco prestam homenagem a deputados e senador falecidos em julho

Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul, Regis Arslanian, feito aos deputados e senadores brasileiros que integram o Parlamento, medidas vêm sendo adotadas para reduzir as assimetrias existentes entre as nações.

O embaixador afirmou que foram adotadas várias providências, entre as quais a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), destinado a viabilizar projetos em quatro áreas: convergência estrutural, desenvolvimento da competitividade, coesão social e fortalecimento

da estrutura institucional e do processo de integração. Até agora, foram aprovados 15 projetos no âmbito do Focem, entre eles o de combate à febre aftosa, que já está sendo operacionalizado.

A conversa com o embaixador Regis Arslanian deverá ocorrer sempre que houver sessão do Parlamento do Mercosul. Para o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), é fundamental que os representantes do Brasil tenham informações sobre o andamento das negociações no âmbito do Executivo.

Homenagem a Redecker, Antonio Carlos e Nélio Dias

O início da quarta sessão ordinária do Parlamento do Mercosul, ontem, em Montevideu, foi dedicado a uma homenagem ao deputado gaúcho Júlio Redecker (PSDB-RS), que morreu no acidente com o avião da TAM em Congonhas, em 17 de julho. Redecker, que presidiu durante dois anos a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, integrava a representação brasileira no parlamento, na condição de suplente.

Após as intervenções de parlamentares dos quatro países que compõem o bloco, todos os integrantes da instituição ficaram de pé e fizeram um minuto de silêncio em homenagem ao deputado. Por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a homenagem foi estendida ao senador Antonio Carlos Magalhães e ao deputado Nélio Dias, do Rio Grande do Norte, que também morreram em julho último.

Presidência

A eleição do presidente e dos dois vice-presidentes da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, criada por resolução do Congresso Nacional em julho último, está prevista para a próxima terça-feira, anunciou ontem o deputado Dr. Rosinha. O novo presidente, informou Sérgio Zambiasi, será um senador.

Integração energética e combate aos cibercrimes

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou ontem ao Parlamento do Mercosul a proposta de realização de um seminário sobre integração energética com a participação de representantes governamentais e especialistas dos países-membros.

No requerimento, apoiado por diversos parlamentares, o senador esclarece que a iniciativa “tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da integração energética na América do Sul com o melhor aproveitamento dos recursos energéticos, baseado na cooperação e integração de seus sistemas”.

Crimes de informática

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou dois projetos relacionados ao combate aos crimes de informática. Um deles pretende iniciar a discussão sobre o marco legal comum para o combate aos cibercrimes.

Na justificativa do projeto, o representante de Minas Gerais lembra o aumento da criminalidade praticada mediante a utilização de meios cibernéticos.

Na outra proposta, Azeredo sugere que o Parlamento do Mercosul recomende ao Conselho do Mercado Comum que inste os países-membros do bloco a aderirem à Convenção sobre Cibercrime.

Valdir Raupp destaca “ótimo desempenho” da economia brasileira

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que o Brasil vem apresentando um “ótimo desempenho” no comércio exterior, o que poderá contribuir para a expectativa de que o produto interno bruto (PIB) do país cresça 5% este ano. Para que esse crescimento se consolide, disse, o governo precisa aproveitar o momento atual da economia para acelerar os investimentos alocados no Orçamento da União.

O senador relatou que, na área externa, o excelente desempenho da balança comercial levou o governo a anunciar a revisão da meta de exportações deste ano de US\$ 152 bilhões para US\$ 155 bilhões. Ele acrescentou que os dados da balança comercial divulgados recentemente mostraram dois recordes mensais: as importações superaram, pela primeira vez, US\$ 10 bilhões e as exportações ultrapassaram, também pela primeira vez, US\$ 14



Notre/Alta

Governo deve acelerar investimentos para garantir crescimento de 5%, diz Raupp

bilhões. Raupp frisou ainda que o resultado comercial acumulado pelo país de janeiro a julho deste ano é de US\$ 87,3 bilhões.

As reservas cambiais atuais, lembrou ele, situam-se em US\$ 147 bilhões, o que, avalia, permitirá ao país superar com segurança eventuais crises no mercado internacional, a exemplo do recente problema de inadimplência no mercado imobiliário americano.

Jucá comemora crescimento de 4,8% na produção industrial

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem que o crescimento de 4,8% na produção industrial do primeiro semestre é uma prova de que a política econômica do governo Lula está correta. Ele observou que já existe previsão de que o setor industrial possa crescer 6,5% até o fim do ano.

Jucá frisou que o setor industrial cresce há nove meses consecutivamente, sustentado também pela expansão do consumo interno, e não graças exclusivamente às exportações. O consumo interno vem aumentando, continuou, porque tem havido aumento do poder aquisitivo da população.

– A oferta vem crescendo junto com o consumo, o que afasta a possibilidade de volta da inflação.

O senador citou que vêm aumentando os investimentos na produção de máquinas. O crescimento das vendas de bens de



CEBRAECO

Jucá: setor cresce sustentado também pela expansão do consumo interno

capital no primeiro semestre foi de 20% para equipamentos industriais; de 31% para máquinas destinadas à agricultura; e de 15,9% para equipamentos de energia elétrica, segundo o senador. Jucá informou que o governo pretende enviar ao Congresso, neste semestre, novo projeto de reforma tributária “que desonere ainda mais a produção”.

